

IPTU vai penalizar quem

Objetivo do governo é reduzir a especulação

DE

CORREIO BRAZILIENSE Brasília, terça-feira, 16 de setembro de 1986 21

possui terreno vazio

imobiliária e incentivar a construção civil

Os especuladores imobiliários de Brasília estão na mira da Secretaria de Finanças, que encaminhou ao governador José Aparecido um anteprojeto de lei criando dois tipos de alíquotas para o Imposto Predial Territorial Urbano: a unificada e a progressiva. No primeiro caso, os proprietários de imóveis residenciais, alugados ou não, vão passar a pagar a alíquota de 0,25 por cento; no segundo, todo dono de terreno não edificado vai pagar alíquotas que variam de 3,5 por cento a 5 por cento sobre o valor do imóvel, conforme for o tempo em que a área permanecer ociosa.

A criação das alíquotas e o valor das taxas foram anunciadas ontem pelo secretário de Finanças, Marco Aurélio Araújo, durante reunião com empresários da Federação das Indústrias de Brasília, onde também revelou que o mesmo projeto propõe a extinção da Taxa de Limpeza Urbana, "imposto que gera poucos recursos e que é difícil de se administrar".

Marco Aurélio informou ainda que, nas alterações do Código Tributário do Distrito Federal, a Secretaria de Finanças está propondo a redução do Imposto Sobre Serviços pago pelos cinemas, que passaria dos atuais 10 por cento para 1 por cento.

Essas propostas, segundo o secretário, estão sendo examinadas pelo governador, que depois submeterá o projeto à Presidência da República. Mas já se encontra na Presidência a proposta de anistia fiscal, através da qual o GDF perdoará todos os débitos iguais ou inferiores a Cz\$ 40. Esses débitos, segundo Marco Aurélio, chegam a 119 mil 194 processos que, se pa-

gos, renderiam ao GDF Cz\$ 2 milhões.

UNIÃO NÃO PAGA

Da artilharia fiscal preparada pela Secretaria de Finanças contra os especuladores imobiliários, o maior deles não sofrerá nenhum arranhão: a União. O secretário justificou que a própria legislação impede que órgãos públicos cobrem tributos sobre propriedade de outros órgãos públicos. Essa imunidade, segundo ele, só poderá ser alterada na nova Constituição. Enquanto isso, conforme admitiu, a única alternativa que o GDF dispõe é continuar solicitando aos órgãos públicos — proprietários de 70 por cento dos lotes urbanos ociosos em Brasília — que liberem os terrenos para a construção civil.

Quem, porém, não goza dessa imunidade, a partir de janeiro do próximo ano — isso se o projeto for aprovado — vai pagar um pouco mais por deixar o terreno ocioso. Para esse caso, a alíquota do IPTU começa em 3,5 por cento no primeiro ano, subindo para 4 por cento no segundo, 4,5 por cento no terceiro e 5 por cento a partir do quarto ano. A taxa cobrada será sobre o valor do terreno avaliado em janeiro de cada ano.

Os proprietários de imóveis residenciais, com o projeto, deixarão de usufruir de um benefício que penaliza ainda mais o inquilino. Atualmente, segundo Marco Aurélio Araújo, a alíquota de 0,25 por cento é cobrada quando o imóvel tem edificação, é residencial e ocupado pelo proprietário. Se ele aluga o imóvel, fica livre do imposto, que passa a ser pago pelo inquilino. Com a mudança, o proprietário terá que pagar, quer o imóvel esteja alugado ou não.

Fibra quer sustar lotes

A Federação das Indústrias de Brasília vai pedir ao governador José Aparecido que determine à Terracap a retirada dos 25 lotes industriais que serão licitados pela empresa, junto com mais 250 terrenos urbanos e comerciais, no próximo dia 30. Com isso, a Fibra pretende impedir que esses imóveis sejam adquiridos para fins lucrativos, prejudicando várias empresas de Brasília e de outros Estados que estão querendo lotes para implantar novas indústrias no Distrito Federal.

Ao defender essa proposta ontem, o presidente da Fibra, Cássio Gonçalves, sugeriu aos secretários de Finanças, Marco Aurélio Araújo, e da Indústria, Comércio e Turismo, Francisco de Assis Leda, que seja criado um grupo de trabalho, composto por representantes do GDF e do empresariado, para estudar a destinação e venda dos lotes industriais.

Apoiando a proposta, o empresário Graçionário de Queiros denunciou que várias empresas já estabelecidas em Brasília estão se transferindo para Goiás e outros Estados, onde há maiores facilidades para aquisição de lotes, além de incentivos fiscais. Segundo ele, a forma que a Terracap encontrou para vender os lotes fortalece a especulação, pois só as grandes empresas vão ter condições de comprá-los, enquanto algumas do setor da construção

civil, podem adquiri-los apenas para revender depois a preços bem mais elevados.

O secretário de Finanças, concordando com as reclamações, disse que nos próximos dias deverá encaminhar ao governador José Aparecido um projeto que cria incentivos fiscais, estimula a ocupação e edificação dos lotes industriais, e ainda transfere à Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, a responsabilidade sobre a destinação desses terrenos, atualmente em poder da Terracap.

O superintendente-interino da Terracap, Noel Batista, também presente à reunião, justificou que a licitação de lotes industriais junto com lotes urbanos foi uma decisão tomada pelo Conselho Administrativo da empresa, que já havia excluído a venda direta, a qual, segundo os empresários, estaria beneficiando apenas as grandes empresas. Batista reconheceu, porém, que essa forma não exclui a possibilidade de os lotes serem comprados por especuladores.

Isso fortaleceu a proposta do presidente da Fibra, para quem todos — empresários e Governo — estão buscando alternativas, só que não estão realizando um trabalho em conjunto. O secretário de Indústria, Comércio e Turismo, Francisco de Assis Leda, não defendeu nem reprovou as propostas apresentadas. Limitou-se a almoçar calado.